

MOÇÃO A

- I. 1. Os dados da situação podem definir-se da seguinte forma: os professores e os educadores, organizados e mobilizados essencialmente pelos sindicatos da FENPROF, realizaram manifestações gigantescas e duas greves com adesões excepcionais. A Assembleia da República foi chamada por 4 vezes, em curto período de tempo, a votar a suspensão deste modelo de avaliação de desempenho, propostas que foram rejeitadas por escassíssima margem de votos (em alguns casos, apenas 1!), deixando bem claro que mesmo no grupo parlamentar do Partido Socialista esta matéria está longe de ser pacífica. A situação torna-se ainda mais confusa uma vez que na Região Autónoma da Madeira e na Região Autónoma dos Açores foram adoptadas medidas diferentes das impostas no Continente, sendo particularmente relevante sublinhar que nos Açores o PS tem o governo regional e a maioria absoluta no parlamento açoriano!
2. A FENPROF apresentou dois documentos sobre esta matéria: uma proposta de medidas transitórias para este ano e um projecto de modelo de avaliação de desempenho para o futuro. Relativamente ao primeiro o ME reagiu rejeitando, aliás em termos incorrectos e revelando má fé, a proposta apresentada que, deve dizer-se, era muito mais coerente, enquanto medida transitória, que o “simplex2” decretado pelo Conselho de Ministros. Quanto ao segundo, constituirá a base para as negociações já calendarizadas.
3. Os professores e educadores entenderam bem que o cerne da discussão em torno do modelo de avaliação de desempenho é a necessidade de alterar profundamente o ECD, sobretudo no que concerne à divisão entre professores e professores titulares, às quotas para atribuição de mérito excepcional e as consequências destas atribuições. Matérias que os sindicatos exigiram que fossem as primeiras a ser negociadas no processo iniciado em 28 de Janeiro passado.
4. Se é verdade que um número significativo de escolas persiste na luta firme contra este modelo de avaliação de desempenho docente, recusando colectivamente a entrega de “objectivos individuais” e a assistência às aulas para os fins previstos, se, em muitas outras escolas muitos docentes, mesmo em posição minoritária, resistem, também é verdade que um número elevado de professores e educadores optou pela entrega de objectivos individuais e, embora menos, pelo pedido de assistência às aulas para efeito de Muito Bom e Excelente. Situação particularmente preocupante junto dos professores contratados junto dos quais o ME e muitos “directores” têm desencadeado verdadeiras campanhas de ameaças, mentiras e chantagens. De qualquer modo, o número de docentes que continua em boicote activo ao modelo de desempenho imposto pelo ME é suficientemente elevado para se poder afirmar que o modelo não está de facto a ser aplicado de uma forma generalizada.
5. Iniciaram-se entretanto as negociações da revisão do ECD exigida pelos professores através das suas organizações sindicais, cujos objectivos centrais são: a eliminação das duas carreiras e a reposição da paridade com a carreira técnica superior da Administração Pública de uma forma justa e adequada; a substituição do modelo de avaliação do ME e o

fim das quotas; a abolição da prova de ingresso na carreira; o estabelecimento de regras para a elaboração de horários pedagogicamente adequadas.

6. Inicia-se no mês de Junho um ano de várias eleições políticas para as diferentes estruturas do Estado, incluindo as eleições legislativas. Eleições que se vão desenrolar num quadro de profunda recessão económica mundial e de profunda crise social no nosso país. Sendo verdade que os sindicatos não devem ser veículos de posições partidárias, têm contudo a obrigação de confrontar os partidos concorrentes com os problemas da educação e ensino e dos professores e educadores.
7. Finalmente, os professores reafirmam a sua disponibilidade para encontrar soluções que permitam fazer regressar às escolas o clima de trabalho que é desejável e indispensável.

II Assente nestes pressupostos, a direcção do SPGL propõe à Assembleia Geral de Sócios, reunida em 3 de Fevereiro de 2009:

1. Que se prossiga o combate firme ao modelo de avaliação de desempenho imposto pelo ME, continuando a apoiar e a incentivar a não entrega de objectivos individuais e a recusa das “aulas assistidas”;
2. Que se reforcem as posições já assumidas pelos professores sobre a revisão do ECD, prevendo, durante o período negocial, ainda no 2º período, a realização de um grande cordão humano unindo o ME à Assembleia da República e à sede do Governo;
3. Que se incentive e organize a discussão pelos docentes do projecto de avaliação de desempenho apresentado pela FENPROF, na certeza de que, embora sujeito a alterações que os professores e educadores julguem adequadas, ele traduz um projecto assente em critérios justos e pedagogicamente relevantes;
4. Que, mantendo-se a atitude irresponsável e intransigente do ME, agudizando o conflito com os professores e com as escolas, se prevejam medidas que passam nomeadamente por períodos prolongados de greve, após consulta organizada aos professores
5. Que se preparem desde já os documentos a apresentar aos partidos concorrentes às eleições legislativas, particularmente no que concerne à avaliação dos professores, das escolas e do sistema educativo e à revisão necessária do ECD;
6. Que se proponha ao Secretariado Nacional da FENPROF a realização de uma Manifestação Nacional de Docentes no dia 7 de Março, se não for viável que nessa mesma data se realize uma marcha envolvendo também pais e estudantes;
7. Que os docentes se empenhem, com a sua participação, no sucesso da jornada de luta organizada pela CGTP-IN no dia 13 de Março.

A Direcção do SPGL